



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638327 - MG (2021/0000653-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : LUCAS GONZAGA CORREA
ADVOGADO : LUCAS GONZAGA CORRÊA - MG150824
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : HEBERT DA SILVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HEBERT DA SILVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.580833-0/000).

O paciente teve decretada a prisão em flagrante, em 5/11/2020, posteriormente convertida em preventiva, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 e no art. 16, § 1º, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003.

O impetrante sustenta que não existem motivos que justifiquem a decretação da prisão preventiva do paciente, ainda mais no atual cenário de pandemia de covid-19 (à vista da Recomendação CNJ 62/2020), uma vez que se trata de réu primário, que não responde a nenhuma outra ação penal ou inquérito criminal, possui bons antecedentes, residência fixa e é trabalhador. Aduz ainda que a natureza dos crimes imputados ao paciente não são de dano ou cometidos a partir de grave ameaça ou violência contra a pessoa.

Requer, liminarmente, a restituição da liberdade do paciente, com a eventual imposição de medida cautelar, determinando-se a expedição do competente alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente